

TIBURTINA DE ANDRADE ALVES: ENTRE O DISCURSO E A REALIDADE¹

Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento *

Nesta comunicação objetivamos analisar a construção de representações sociais de Tiburtina de Andrade Alves. Desconhecida na história de Montes Claros-MG, até 1902, Tiburtina ganhou notoriedade político-social entre 1902 – 1930, principalmente após o 06 de fevereiro de 1930, quando foi acusada pelos partidários locais da Concentração Conservadora* - Os Camilistas - de tentar assassinar o Dr. Fernando de Mello Vianna e o Dr. Manoel Thomaz Carvalho Britto. O primeiro, Vice-presidente da República e candidato ao governo de Minas, e o segundo, chefe nacional da Concentração Conservadora. A partir desse momento, Tiburtina passou a ser descrita na tradição oral, nos jornais por ocasião do atentado ao Vice-presidente da República, Mello Vianna, em 1930, e hoje faz parte da tradição oral, folclórica e historiográfica local, mas por outro lado, era admirada, venerada, influente e fascinante. Fascinação que não era comum às mulheres da época, por lhes atribuírem apenas papéis normativos, mãe, dona-de-casa e esposa, não admitindo sua participação na vida política e social do país. A vivência cotidiana de Tiburtina, permitiu-lhe lançar luz sobre sua condição político-social e desempenhar papéis que, até o presente momento, era ocupado somente pelos homens.

Tiburtina viveu parte de sua vida (1902-1955) em Montes Claros, norte do Estado de Minas Gerais, época em que essa cidade era considerada “uma ilha no coração do sertão”². A essa cidade que parecia ser promissora, chega Tiburtina com o esposo Antônio Augusto de Andrade Câmara Alkimim e os filhos Maria Augusta e José Magno, para aqui residirem e tentar melhorar a “sorte”, em função do que era a vida deles em São João Batista, hoje Itamarandiba, no Vale do Jequitinhonha. Mais tarde, já viúva, conheceu o Dr. João José Alves, filho de uma tradicional família diamantinense, os “Alves”. O encantamento do então jovem médico por Tiburtina levou-o a casar-se com ela, sem a aprovação de seus pais, como era de costume à época. Após o casamento com Dr. João Alves, Tiburtina iniciou sua

participação na vida político-social de Montes Claros, que lhe valeu a construção de representações sociais.

A História de vida de Tiburtina foi precisamente tomada como um caminho para compreender questões sociais mais amplas, como eram as relações sociais e políticas em uma pequena cidade e os micropoderes que se desenvolveram na vida cotidiana, a construção social dos mitos políticos e tantas outras. Utilizamos a Biografia com um caráter micro-historiográfico e crítico, que contribui efetivamente para a História Social. Para realizarmos este estudo, tomamos como referencial a História Social na sua interface com a História Política.

Através da micro-análise dos documentos pessoais e de outras fontes relacionados com a vida de Tiburtina, existentes nos arquivos públicos e particulares da segunda metade do século XIX e primeira do século XX das cidades mineiras de Itamarandiba e Montes Claros, resgatamos o cotidiano político-social dessas cidades, através de uma abordagem biográfica. A história de vida dessa mulher, foi realizada por nós com a finalidade de rever as formas de ser e de agir da nossa sociedade, de seus atores anônimos, daqueles que viveram à margem, da gente chamada “miúda”, enfim, daqueles que constituem sujeitos próximos à nossa realidade, que passaram despercebidos e que devem e precisam ser analisados.

Tiburtina foi um ícone de mudança na ordem estabelecida na esfera político social de Montes Claros e, portanto, carece ser interpretada e analisada através de um novo olhar, de uma nova leitura, dentro de um contexto de transição, momento no qual, o Brasil passava da chamada “República Velha” ou Primeira República ou ainda República Oligárquica, onde, segundo Vavy Pacheco Borges “classes conservadores” [viam] seus interesses contrariados³ para a “Nova República”, que era, segundo Borges: “o momento de ampla redefinição que o país vive após outubro de 30 motiva[da] [pela] intensa luta política pró ou contra qualquer posição entre os grupos que objetivavam o encaminhamento das mudanças(...)”⁴.

Quando pensamos em desenvolver um estudo biográfico, tínhamos como preocupação central compreender a participação de Tiburtina na política de Montes Claros e o papel desempenhado por ela, nessa cidade, no período de 1907-1934, privilegiando uma biografia política. No entanto, à medida que aprofundamos as nossas reflexões, concluímos que nosso enfoque deveria ser redefinido, porque a nossa pretensão havia se esbarado em algo fundamental em um trabalho de pesquisas, fontes. Assim, decidimos pelo enfoque atual, “representações”, criadas pelos discursos existentes.

Partindo dessas constatações, utilizamos como *praxis* três linhas específicas de trabalho: a Micro-história, a Análise Iconográfica e a Análise de Discurso. Num plano geral, interessou-nos desvendar as várias “representações” criadas em torno de Tiburtina pela política, sociedade e cultura que não só legitimaram os discursos, como também foram os responsáveis pela perpetuação do “mito”, ao longo dos anos.

A partir da década de 30, após o tiroteio do dia 06 de fevereiro, quando os correligionários da Aliança Liberal e da Concentração Conservadora se confrontaram em frente à casa do casal aliancista, D. Tiburtina e do Dr. João José Alves, as representações que surgiram tanto, em relação aos acontecimentos, quanto à Tiburtina, foram demasiadamente cheias de rancores políticos e de incitação à violência. Os meios de comunicação, principalmente os jornais locais, estaduais e nacionais, aliados à Concentração Conservadora, iniciaram uma verdadeira “guerra” de palavras contra Montes Claros. Periódicos cariocas como “O Paiz” e “O Jornal” estampavam sempre em primeiras páginas, manchetes como: “O INNOMINAVEL ATTENTADO DE MONTES CLAROS – Nem só a nação, pelos seus mais lídimos interpretes, mas até representantes de paizes estrangeiros nesta capital profligam a brutal chacina. O grande comício de protesto promovido pela maioria das forças políticas do Distrito. O Sr. vice-presidente da República continua a melhor. Outros informes”⁵; “A força federal garantia os amigos em emergência – diz o Sr. Carvalho Britto, em telegramma circular, aos seus correligionários – Ainda os lamentáveis sucessos de Montes Claros”⁶

Tomando como proposição a manchete principal “O INNOMINAVEL ATENTADO DE MONTES CLAROS”, observamos que, por seu próprio sentido, o título sacramentou uma imagem de Montes Claros como uma cidade sem qualificação, sem lei, sem justificativa para os acontecimentos, imperdoável, enfim, revoltante. Completada por manchetes secundárias, quando afirmam “Nem só, a Nação, pelos seus mais lídimos interpretes, mas até representantes de países estrangeiros nesta capital profligam a brutal chacina”, sugerindo com o complemento que, aqueles que aqui estiveram foram vítimas de um atentado que não tem qualificação, nem nomeação.

Essa imagem lembrada pelo enunciado já era o interdiscurso vivido por Montes Claros, nas décadas de 10 e 20, portanto, para a cidade só confirmavam as divergências político-sociais aqui existentes, mas, ao mesmo tempo, possibilitava ao seu leitor entender, segundo Orlandi, “que os sentidos não estão só nas palavras e nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções do sujeito”⁷. Assim, o enunciado sugeria que ao “atentado” de Montes Claros, a sociedade deveria abominar e descarregar a “violência” contra seus acusados, em especial o chefe aliancista local, Dr. João José Alves e sua esposa, D. Tiburtina.

Para completar essa imagem, “O Paiz” publicou em sua edição do dia 12 de fevereiro o longo telegrama enviado a ele pelo Dr Fortunato Bulcão, em que destacamos os seguintes trechos:

“A **emboscada**”, a **traição**, a **chacina**, deixavam-nos a certeza do que estaria reservado aos nossos companheiros e amigos, se mais tempo ousassem permanecer;

(...) Pudéssemos reforçar o ânimo de nossa gente, arriscado de abater-se diante do **terrorismo cangaceiro**;

(...) não evitou a passagem em frente da casa do Dr João Alves, ponto escolhido e preparado com todos os requintes do **banditismo**, para a miserável “**emboscada**”. São bastantes conhecidos os famosos antecedentes de Dr João Alves e **da fera humana que é a sua mulher Tiburtina**, para não ousarem sequer correr o risco de qualquer provocação (...);

(...) Não passam de falsidades que no dia imediato à **chacina** ouvi em Montes Claros, **combinadas com outras de invenção de Tiburtina**, que formava o enredo de mentiras (...)

Nos quatro trechos destacados, os dois primeiros reforçaram a matriz de sentido que apresenta a cidade de Montes Claros como violenta, traidora e assassina, reafirmaram a manchete do dia anterior, incitaram a sociedade a condenar os acontecimentos ocorridos em 06 de fevereiro e lembraram o “perigo” que a cidade representava, tomando a palavra **“terrorismo cangaceiro”** forma de exclusão e aversão aos aliancistas e suas práticas políticas.

Nos dois últimos trechos, Bulcão voltou a reiterar a violência, desta vez com o propósito de atribuí-la à aqueles que a Concentração Conservadora consideravam os seus maiores e mais ferrenhos adversários e também construir a imagem de Tiburtina como: **“fera humana”, “mentirosa”, “mexeriqueira”**. Termos que passaram a representá-la no imaginário social como “bandida”, “víbora”, “sanguinária” e responsável pela “emboscada”; ligando-a a imagem de **“Eva”**, descrita por Joan Scott como: “Eva e Maria como símbolo da mulher, por exemplo, dentro da tradição cristã do Ocidente – mas também os mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção”⁸.

Sendo assim, atribuir a Tiburtina a “emboscada” e construir as representações dela descritas no parágrafo anterior, foi a forma encontrada por seus adversários políticos para eliminá-la e excluí-la do cenário político, campo que até o presente momento (06 de fevereiro de 1930) historicamente sempre havia pertencido aos homens, fazendo-se notar que eles consideravam esse campo “a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder (...)”.⁹ Além disso, tornava-se também uma forma de desqualificar os aliancistas e, principalmente, João Alves por ter como cabeça uma mulher.

Portanto, construir uma Tiburtina “devassa” significava tirar do caminho dos conservadores, uma mulher; o grupo que vinha há algum tempo governando Montes Claros; acabar ou diminuir o prestígio dos Alves e, acima de tudo, não dividir espaço político com os “novos” grupos que emergiam no momento, no cenário nacional, estadual e local, as camadas médias e urbanas que se apresentavam como ameaça ao conservadorismo até então existente.

Em outra manchete, o jornalista Barbosa de Melo, correspondente do jornal “*A Noite*”, de Recife, testemunha ocular do acontecimento a serviço da Concentração Conservadora, publicou um longo relato sobre o mesmo. Nele, o referido jornalista afirma que: **“eliminar a segunda autoridade da República”¹⁰** era o objetivo da “emboscada” e que os responsáveis diretos eram “[o] **conhecido facínora João José Alves e sua mulher Tiburtina, em cujo subconsciente, segundo Freud, devem atuar dez gerações de bandidos**”.¹¹

Nesse relato, percebe-se que Barbosa de Melo foi enfático quanto ao objetivo do tiroteio e à responsabilidade do mesmo; e que, ao nomear Tiburtina e João José Alves como responsáveis, procurou construir uma matriz de sentido, a rigor, psicologicamente forte para **consolidar**, não só a eles como “bandidos”, mas às gerações que deles descendessem.

Conclui-se, portanto, que as representações de Tiburtina, construídas por Barbosa de Melo, intencionavam desestruturar a campanha liberal em Minas, especialmente na região Norte, onde a Aliança Liberal contava com grande prestígio e apoio político, junto aos grupos locais e regionais, provenientes dos vários momentos em que os liberais estiveram à frente do poder e da sociedade, representados pelos irmãos Dr Honorato Alves e Dr João José Alves, com a aprovação incondicional de Tiburtina e da sagacidade que ela possuía no trato com as questões político-sociais.

Dessa maneira, construir no imaginário social uma Tiburtina “bandida”, significava eliminar os adversários políticos da Concentração Conservadora, a representatividade que possuíam junto ao poder local e regional e ainda contribuir para a manutenção da ordem estabelecida. Essa matriz de sentido era constantemente reforçada e colocada a público, pelos jornais locais e por vários outros (*O Paíz, O Jornal, O Gazeta do Norte*) aliados à Concentração Conservadora em responsabilizar o casal Dr João José Alves e Dona Tiburtina de Andrade Alves pela chacina, denegrindo de modo incisivo a figura enérgica, tenaz e determinada da nobre senhora, para hostilizar a Aliança Liberal e, em conseqüência, intervir em Minas, sem a reprovação de seus adversários e da sociedade que, de maneira

geral, era incentivada a repudiar o acontecimento de 06 de fevereiro, através da imprensa escrita.

Por outro lado, Tiburtina era uma figura de extrema admiração, conforme Abílio Coimbra em 1930 ao escrever-lhe “Em minha memória ainda conservo os vultos de todos os que naquela transa difícil da vida nacional souberam, com seu patriotismo e coragem mostrar ao mundo que o Brasil não era e não é um paiz de escravos. Entre esses, que a história há de registrar, figura o nome da senhora, D^a Tiburtina!”¹² Assim, conclui-se que essa mulher viveu entre guerra e paz e que esse dualismo é visível entre o discurso e a memória, por se tratar de representações sociais.

No enunciado supracitado, entendemos que o discurso de Coimbra pretende construir Tiburtina, como sujeito da história que foi deixada à margem pelos papéis que desempenhou na sociedade.

Assim, as representações construídas por Coimbra acerca de Tiburtina apresentaram-na como o inverso do que fora construído, após o 06 de fevereiro de 1930 que, segundo Tânia Navarro Swain, “se confunde e se imbrica com a de imaginário, na medida em que este constrói ou reproduz o real segundo as confrontações, as divisões, as clivagens que se manifestam na formulação de imagens, estabelecidas de um social específico”¹³. Porém, não foram capazes de impedir outras representações como demonstrou Coimbra em sua correspondência. Se os opositores de Tiburtina procuravam construir representações dela ligando-a à imagem de “Eva” – pecadora e corruptora – e à violência conhecida da região, para Coimbra, seu admirador, Tiburtina é o exemplo da “mulher mineira” que para ele, não se restringe apenas ao papel de “esposa-mãe-dona-de-casa”, exaltando seu patriotismo.

¹ Esta comunicação é fruto da dissertação de Mestrado intitulada: “*Tiburtina de Andrade Alves: Entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)*”.

* Professora Mestra pela Universidade Severino Sombra-USS e docente do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES.

*Partido político que apoiava a candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República.

² MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de bugres: Tiburtina e a revolução de 30*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura / Imprensa Oficial, 1986. p.23.

³ BORGES, Vavy Pacheco. As “classes conservadoras” e seus interesses contrariados. In: *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense. 1992, p.185.

⁴ BORGES, Op. Cit. p.211.

⁵ “*O Paiz*”. Rio de Janeiro, 10 e 11 de fevereiro de 1930. p.01.

⁶ “*O Jornal*”. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1930. p.01.

⁷ ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 4 ed. São Paulo: Pontes, 2002. p.30.

⁸ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista. Educação e Realidade, Porto Alegre, 16(2) : 5-22, jul/dez 1990. p.14.

⁹ REMOND, René. Do político. In: *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p.444.

¹⁰ “*A Noite*”. Recife, 08/02/1930. p.01.

¹¹ Idem, ibidem.

¹² COIMBRA, Abílio. Correspondência. Carangola - Minas Gerais: 04 de setembro de 1939. Coimbra parece ser um admirador de Tiburtina, não foi encontrado nem vestígio de qualquer tipo de relação ou parentesco entre os dois.

¹³ SWAIN, Tânia Navarro. *Imagens de gênero em quadrinhos*. Universa, Brasília, v.5, N. 03, p.403.